



## 23, o número maldito



**Domingues de Azevedo**  
Bastónario da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

A poucos dias de os portugueses se deslocarem às urnas para expressarem o seu voto para o poder local, os sinais (tímidos) de recuperação são abafados pela permanente indisposição e humor volátil dos mercados e das bolsas de valores para com os países da Europa

periférica. A situação económica financeira encontra-se numa permanente montanha russa, para a qual não vislumbramos um rápido travão.

As recentes notícias veiculadas que o governo estaria a ponderar uma descida do IVA no setor da restauração, no verão de 2014, não deixam de ser indicadores positivos. Providos de bom senso. Há mais de dois anos que o governo insiste num erro que estamos todos a pagar muito caro. Demonstrar vontade de baixar este imposto é positivo, só esperemos que a manifestação não tenha sido motivada apenas pela proximidade eleitoral, antes pela firme vontade do executivo em emendar a mão de um equívoco que dizimou milhares de negócios e milhares de postos de trabalho. A estratégia seguida, revelou-se danosa, e demonstrou à saciedade a falta de experiência de vida e de sensibilidade dos governantes para atacar de frente os problemas. 23 por cento é uma taxa

proibitiva, penalizadora e aventureira, ainda para mais implementada sem um estudo prévio que a sustente.

A elevada taxa de IVA tem sido um fardo que subtraiu competitividade às empresas e, por consequência, é natural que a velocidade de recuperação não seja tão rápida quanto seria desejável, na medida em que alguns hábitos de consumo mudaram, adaptando-se aos novos tempos. A política fiscal para este setor tem sido, no mínimo, incompreensível. Portugal tem a segunda maior taxa de IVA na restauração da Europa, o que não deixa de espantar para um país cuja economia vive do turismo. Quem governa precisa de perceber que sem negócios, não há cobrança de

**A situação económica financeira encontra-se numa permanente montanha russa, para a qual não vislumbramos um rápido travão**

impostos. Corrigir o erro em 2014 é tarde. Demasiado tarde. Porventura, irreversivelmente tarde. Com um Estado viciado e intoxicado em receitas provenientes dos impostos, o lado obscuro de uma eventual descida da carga fiscal na restauração pode passar por uma compensação com um agravamento de impostos centrado sobre os de sempre. Sobre quem trabalha. Não seria original, penalizar, uma vez mais, os impostos sobre o trabalho, quase que elevado a desporto favorito deste governo. A carga fiscal na restauração é uma vertente de uma lógica de relacionamento entre Estado e PME pautado pelo desprezo de quem dita as leis. Na área tributária o Estado nem sempre se comporta como uma pessoa de bem, mas continua a achar que o empresário é um potencial criminoso, criando um anátema social que é preciso destruir.

Mas não se pense que os impostos são o único problema a afetar as PME. A outra faceta negativa é o regresso do fardo burocrático, que se julgava quase exterminado, às empresas. É inquietante assistir que estruturas empresariais, com cada vez menores recursos humanos, sejam confrontadas com exigências burocráticas a dobrar. A informação disponibilizada tem que ser em qualidade e não necessariamente em quantidade. Entre simplificar e facilitar, ainda há uns quantos que são tentados a complicar, tal e qual se fez durante anos a fio. ■